

INCLUSÃO ESCOLAR E TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA: PERCEPÇÕES E PRÁTICAS DOCENTES

Gabriella Helena Andrade Roberto (PIBIC/CNPq/FA/UEM), Solange Franci
Raimundo Yaegashi (Orientadora). E-mail: ra127990@uem.br

Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes,
Maringá, PR.

Ciências Humanas/ Educação

Palavras-chave: Transtorno do Espectro Autista; Inclusão Escolar; Formação de Professores.

RESUMO

Esta pesquisa, de cunho qualitativo, teve como objetivo analisar as percepções dos professores do Ensino Fundamental 1 acerca do processo de inclusão de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA), considerando os desafios e as possibilidades desse processo. Para tanto, foi realizada uma pesquisa de campo com 10 professores que atuam em uma escola municipal de uma cidade localizada no interior do Estado de São Paulo-SP. Para a coleta de dados, foram utilizados os seguintes instrumentos: 1) questionário sociodemográfico; e 2) roteiro de entrevista semiestruturada. Para a análise dos dados foram elaboradas duas categorias de análise: 1) Significados atribuídos ao TEA; 2) Percepções acerca da inclusão escolar dos alunos com TEA. Como referencial teórico foi utilizada a Psicologia Histórico-Cultural (PHC). Os resultados evidenciam a falta de compreensão dos professores em relação ao conceito de TEA e à forma como devem organizar sua prática pedagógica para atender esses alunos. Chegou-se à conclusão de que, para que a inclusão realmente ocorra, não basta garantir as matrículas dos alunos com TEA no ensino regular, mas é necessário assegurar que haja adequação curricular, planejamento educacional individualizado, recursos pedagógicos específicos e, principalmente, investimento na formação contínua de professores.

INTRODUÇÃO

No Brasil, o número de matrículas de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na escola comum é cada vez maior, sendo a inclusão escolar um direito garantido por lei. Entretanto, ter uma política nacional não garante que a inclusão escolar aconteça, sendo primordial o conhecimento dos fatores que podem influenciar nesse processo em diferentes contextos culturais.

Atualmente, no DSM-V, o TEA é definido como um transtorno do neurodesenvolvimento. Caracteriza-se por comprometimento significativo na interação social, associado a déficit na comunicação verbal e não verbal, bem como a manifestações clínicas relacionadas a padrões restritos e repetitivos de

comportamentos estereotipados, inflexíveis, direcionados a interesses, atividades e ações específicas e rotineiras (APA, 2014). Os efeitos do TEA não se restringem apenas à esfera pessoal do sujeito diagnosticado, mas também se estendem ao âmbito social, e conseqüentemente, ao ambiente escolar.

Para Lemos *et al.* (2016), às crianças com TEA são rotuladas com frequência no interior das escolas. Em virtude desse processo de estigmatização ocorre uma interferência nas ações a elas dirigidas. De acordo com as autoras, além das dificuldades relacionadas à inclusão das crianças com TEA, há toda a complexidade de um cenário educacional, histórico, cultural e social que precisa ser considerado e que contribui para a não efetivação de práticas inclusivas nas instituições escolares. Nesse sentido, é de extrema relevância a divulgação de informações e dados científicos para os familiares, meio social e escolar a fim de ajudá-los a compreender as dificuldades, necessidades e singularidades das crianças com TEA, para que, além de contribuir para melhor enfrentamento, o tratamento e a intervenção possam ocorrer rapidamente e devidamente acompanhado por profissionais atuantes da área.

Frente ao exposto, as questões orientadoras do presente estudo podem ser assim descritas: Quais as percepções dos docentes do Ensino Fundamental 1 sobre a inclusão escolar de seus alunos com TEA? Essas percepções dificultam a prática pedagógica dirigida a esses alunos?

Nesse sentido, o presente estudo teve como objetivo analisar a percepção de professores do Ensino Fundamental 1 acerca do processo de inclusão de crianças com TEA, considerando os desafios e as possibilidades desse processo.

MATERIAIS E MÉTODOS

Para a realização do estudo efetuamos, inicialmente, um levantamento bibliográfico e documental, no qual buscou-se as conceituações e definições acerca do TEA. Além disso, a pesquisa caracteriza-se como qualitativa, dado que se preocupa com o nível de realidade que não pode ser quantificado; e ainda classifica-se, como descritiva, uma vez que a pesquisa descritiva tem por objetivo descrever criteriosamente os fatos e fenômenos de determinada realidade, de forma a obter informações a respeito daquilo que já foi definido como problema a ser analisado (Triviños, 2008). No que tange à abordagem, essa pesquisa é classificada como teórico-empírica.

Assim, por meio dos estudos bibliográficos buscou-se levantar, analisar e agrupar informações relevantes, envolvendo o TEA e a inclusão escolar. Buscou-se ainda, amparo nas políticas públicas relacionadas à inclusão de pessoas com TEA. Por meio da pesquisa de campo, por sua vez, buscou-se conhecer o espaço no qual trabalham os sujeitos da pesquisa e a forma como eles concebiam/davam significado ao processo de inclusão dos alunos com TEA.

Por envolver seres humanos, a pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética Comitê Permanente de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (Copep), da Universidade Estadual de Maringá (UEM), sendo aprovada por meio do parecer n. 5.454.880 e CAEE n. 57770722.1.0000.0104.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em relação aos “significados atribuídos ao TEA”, percebe-se entre os participantes do estudo uma certa dificuldade para conceituar o TEA. Esses dados estão em consonância com a pesquisa de Batista (2021), a qual constatou entre os sujeitos de sua pesquisa a incompreensão em relação às características das crianças com TEA. Pelo fato de os profissionais desconhecerem as especificidades do TEA, que se dá muitas vezes pela falta de acesso a cursos de formação continuada, é possível que desenvolvam um olhar de estranhamento e estigmatizarão em relação ao transtorno, que pode dificultar o processo de inclusão escolar dessas crianças. É importante esclarecer que mesmo sendo um tema da atualidade, o TEA não é um transtorno novo e característico do século XXI típico da sociedade moderna e tecnológica.

Contudo, é possível observar também que muitos professores concluíram a graduação em Pedagogia há mais de 20 anos e não se atualizaram em relação aos conceitos, o que demonstra a necessidade de cursos de formação continuada sobre a temática, pois a falta de informações científicas sobre o TEA pode gerar equívocos na forma de atuação desses professores.

Somado a isso, com base nos relatos dos participantes apresentados no item “percepções acerca da inclusão escolar dos alunos com TEA”, observa-se que a opinião dos profissionais apresenta bastante divergência. Alguns acreditam que a inserção do aluno com TEA no ensino regular é de grande importância para o desenvolvimento, contudo, outros acreditam que dependerá de como o aluno está e o seu grau de autismo - mesmo sabendo da importância do ambiente escolar para a criança.

Todavia, não se pode deixar de levar em consideração as leis e diretrizes que abarcam os direitos dos alunos com TEA e demais deficiências. Sendo assim, é imprescindível pensar que, mesmo o conhecimento do TEA sendo advindo do século XX, como apresentado no tópico anterior, os direitos da pessoa com TEA só foram definidos em 2012, por meio da Lei nº. 12.764, de 27 de dezembro de 2012 (Brasil, 2012).

CONCLUSÕES

Por meio da pesquisa empreendida, verificou-se que a forma como o professor compreende o que é o TEA reflete diretamente em como será o processo de inclusão da criança nas dependências escolares. Portanto, as duas categorias de análise elaboradas para o estudo (1. Significados atribuídos ao TEA; e 2. Percepções acerca da inclusão escolar dos alunos com TEA) estão intimamente interligadas. Por isso, onde não há compreensão acerca das características e necessidades dos alunos com TEA, corre-se o sério risco de excluir essas crianças por meio de práticas pedagógicas não inclusivas.

Em suma, deve-se compreender que incluir não é apenas fornecer espaço educacional para a criança, é apresentar um espaço capaz de desenvolver suas

habilidades. Para que esse desenvolvimento ocorra, é importante que o professor saiba o que é o TEA e desse modo, possa pensar em propostas pedagógicas mais individualizadas.

Informar e fornecer formações continuadas aos professores parece ser uma parte daquilo que se pode fazer para que ocorra a inclusão dessas crianças na educação regular. Deve-se pensar também em políticas públicas mais adequadas, organização dos espaços físicos e dos recursos pedagógicos, mudança na estrutura curricular dos cursos de licenciatura e dentre outros quesitos; porém não cabe nesse artigo contemplar esses itens.

Reconhecemos o limite deste estudo em virtude do número reduzido de professores do Ensino Fundamental 1 que participaram do estudo e pelo fato da pesquisa ter sido realizada em apenas uma escola. Nesse ponto, sugerimos a realização de estudos semelhantes que abranjam mais escolas e outros níveis de ensino, como a Educação Infantil, o Ensino Fundamental 2 e o Ensino Médio.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Fundação Araucária pela oportunidade dada a mim de ter acesso a novos conhecimentos que me enriqueceram e com certeza me ajudarão para o desenvolvimento futuro.

Agradeço, ainda, à minha orientadora, Prof^a. Dra. Solange Franci R. Yaegashi, por todo apoio e orientação durante a pesquisa e à diretora da Educação, Maria Inês Roberto, pela confiança no trabalho e parceria.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO DE PSIQUIATRIA AMERICANA - APA. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais (DSM-V)**. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

LEMOS, E. L. M. D.; SALOMÃO, N. M. R. AQUINO, F. S. B.; AGRIPINO-RAMOS, C. S. Concepções de pais e professores sobre a inclusão de crianças autistas. **Fractal: Revista de Psicologia**, Niterói, 28, n. 3, p. 351-361, 2016.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 2008.

BATISTA, T. L. A. **Transtorno do Espectro Autista e Educação Infantil**: desafios da educação inclusiva. 2021. 164 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2021.

BRASIL. **Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012**. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtornos do Espectro Autista. Presidência da República, Casa Civil.